

AGROPECUÁRIA

Comida importada à mesa brasileira

Nilza Moreira Cezar*

Introdução

O ano de 1991 fatalmente será identificado como negativo para a agricultura brasileira em termos de produção e de abastecimento, uma vez que a estiagem verificada no sul do País e a redução da área de plantio no centro-oeste indicam uma perda significativa da produção brasileira de soja, da ordem de aproximadamente 5,5 milhões de toneladas. Ainda que o bom desempenho de algumas lavouras a nível de certas regiões tenha compensado o mau desempenho em outras, o resultado global da safra brasileira de verão tenderá a apresentar uma perda aproximada de 670 mil toneladas, ou de 1,32%, em relação a 1990, com base nas informações processadas até abril de 1991. Se for considerado que a colheita de 50,6 milhões de toneladas de 1990 foi um retrocesso comparada com a produção de 64 milhões de 1989, adquire maiores proporções a queda da safra de verão para 49,9 milhões de toneladas em 1991.

Essas perdas trouxeram consequências imediatas no quadro nacional de suprimentos, com a necessidade de importações de grãos para garantir o abastecimento interno. A entrada do Brasil como comprador no mercado externo provocou especulação de preços por "tradings" internacionais e oferta de trigo americano ao mercado brasileiro por preços subsidiados na origem. Na medida em que o Brasil defende na Rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifas Aduaneiras e Comércio (GATT), a retirada dos subsídios agrícolas, a aquisição, mesmo por entidades privadas, de

* Administradora de Empresas da FEE.

trigo norte-americano subsidiado criou uma situação delicada perante seus parceiros do Cone Sul. A nível nacional, motivou não apenas manifestações contrárias de entidades representativas do setor rural, como também serviu para reacender as discussões sobre a regulamentação da Lei Agrícola Brasileira e sobre uma política agrícola.

Essas questões são as que se pretende abordar no decorrer do presente acompanhamento conjuntural.

A safra de verão 1990/91

Produção de grãos

No âmbito estadual, entre os principais produtos da safra de verão, tem-se que apenas a cultura do arroz irrigado apresentou desempenho positivo em relação à safra anterior, embora aquém das expectativas, já que as previsões de início de plantio apontavam um maior crescimento dos níveis de produção. Os demais produtos tiveram um total produzido inferior ao registrado em 1990.

A soja foi a cultura com o pior desempenho, apresentando um total estimado de produção 65% inferior ao que foi colhido na safra passada e 60% a menos do que havia sido projetado no início do plantio. Esse decréscimo, em números absolutos, pode ser traduzido em uma previsão de colheita de 2.207 mil toneladas, ante uma produção de 6.313 mil toneladas em 1990. Ao se confirmarem as previsões, essa diferença de colheita seria superior à média das exportações brasileiras de soja em grão nos últimos quatro anos. Os fatores que mais contribuíram para a quebra da safra, segundo relatório do Grupo de Coordenação de Estatísticas Agropecuárias (GCEA-RS), foram a estiagem, o atraso na semeadura e o menor uso da tecnologia indicada, o que comprometeu o rendimento médio, que declinou de 1.796kg/ha em 1990 para 707kg/ha nesta safra.

Também as informações sobre a lavoura de milho revelaram uma safra frustrada em função da longa estiagem, concorrendo para uma produção prevista de 2.111 mil toneladas, que corresponde a uma queda de 47%, o equivalente a 1.846 mil toneladas a menos do que o produzido na safra anterior. Essa perda traz consequências imediatas aos complexos produtivos vinculados à suinocultura, à avicultura e à pecuária de leite, podendo agravar-se no segundo

semestre, caso haja demora na efetivação das importações do grão.

Já a nível nacional, o quadro da produção de grãos evidenciou uma queda de 28% na produção de soja, resultante de fatores climáticos e da redução de aproximadamente 17% na área plantada. Observou-se, também, um decréscimo de 4,5% nos níveis de produtividade do milho, mas que, devido à expansão da área cultivada, apresentará evolução no total produzido, caso se confirmem as estimativas de abril.

A safra nacional de verão dos quatro principais grãos aponta uma produção de 49.939 mil toneladas, ao mesmo tempo em que o consumo dos mesmos produtos - arroz, feijão, milho e soja em grão - é estimado em 53.016 mil toneladas, com estoques iniciais de 4.400 mil toneladas. Esses números indicam um quadro apertado de abastecimento, com necessidade de importações para suprir o consumo e refazer estoques.

Abastecimento

A queda da produção brasileira de grãos coincidiu com a ocorrência de reduzidos estoques de produtos básicos, o que ainda não se transformou em problema crítico devido ao baixo poder aquisitivo de grande parcela de assalariados brasileiros decorrente do achatamento do piso salarial. Contudo há que ser considerado que a concessão de abonos salariais por três meses, a provável definição de uma política salarial em agosto contemplando aumentos de renda e a liberação dos cruzados novos a partir de setembro poderão contribuir para um acréscimo dos níveis de consumo, provocando um aumento de demanda e risco de desabastecimento.

Para atender ao consumo doméstico no período de entressafra, órgãos do Governo trabalham com estimativas que indicam a necessidade de importação de 6.540 mil toneladas ao custo de Cr\$ 489 bilhões, o correspondente a US\$ 1,6 bilhão, considerando-se a cotação do dólar comercial em 28.06.91, conforme pode ser visto na Tabela 1.

Tabela 1

Importações brasileiras, segundo os produtos e a origem, em quantidade e valores médios — jun./91

PRODUTOS	ORIGEM	QUANTIDADE (t)	PREÇO INTERNALIZADO (US\$/t)	CUSTO TOTAL (US\$ 1 000,00)
Arroz beneficiado	Argentina e Uruguai	360 000	560,00	201 600
	Tailândia, Vietnã e USA	250 000	430,00	107 500
Feijão	Colômbia, Chile, Argentina e USA	70 000	600,00	42 000
Milho	Argentina e USA	1 500 000	150,00	225 000
Soja (em grão)...	-	200 000	-	100 000
Soja (óleo)	-	60 000	-	30 000
Trigo	Argentina, USA e Canadá	4 000 000	184,00	736 000
Carne bovina.....	CEE	100 000	1 224,00	122 000
TOTAL	-	6 540 000	-	1 564 100

FONTE: CNA.

O custo projetado para essas importações representa aproximadamente 45% do crédito de custeio orçado para a safra 1991/92, com o qual o Governo brasileiro pretende estimular acréscimos de área cultivada para que seja obtida uma produção de grãos da ordem de 65 milhões de toneladas (as importações representam 10% dessa meta de produção).

Ao mesmo tempo, a efetivação das importações nos volumes previstos implicaria um valor correspondente à média mensal das exportações brasileiras. Assim, poder-se-iam prever decréscimos no saldo da balança comercial durante o ano corrente, com conseqüente redução das reservas cambiais.

Todavia, independentemente das questões já abordadas, o que tem causado polêmica sobre as importações agrícolas refere-se à oferta, ao Brasil, de trigo e carne bovina por preços subsidiados.

Embora a posição defendida pelo Brasil junto ao GATT seja a de eliminação dos subsídios e do protecionismo aos produtos agrícolas — práticas vigentes principalmente nos Estados Unidos e nos países-membros da Comunidade Econômica Européia —, o fato é que, face ao risco de escassez de alguns produtos, as importações terão que ser feitas a qualquer preço, mesmo sendo contrárias às opiniões e manifestações de entidades brasileiras representativas da área rural.

No caso do trigo especificamente, houve demora na decisão brasileira de aumentar as cotas de importação acordadas ainda em 1987 com a Argentina. A baixa produção de trigo em 1990 já indicava a necessidade de aquisição de aproximadamente 4 milhões de toneladas, pois os estoques de passagem em 01.08.90 registravam um volume de apenas 1.032 mil toneladas, o correspondente a 28% dos estoques registrados em agosto de 1989, conforme a Tabela 6 do Anexo 1 - Agropecuária.

Sabedores da necessidade de o Brasil importar trigo muito além do comprometido com o governo argentino, "tradings" argentinas elevaram os preços do trigo na certeza de que o Brasil não teria ofertas melhores para negociação. Em função dessa especulação altista de preços, americanos e canadenses ofertaram ao Brasil trigo a preço subsidiado. O aumento artificial das cotações argentinas, aliado à oferta simultânea dos americanos, induziu a que um grupo de moinhos brasileiros providenciasse a importação de 700 mil toneladas do cereal norte-americano, pois o preço final internalizado ainda ficaria abaixo da oferta dos exportadores argentinos, apesar dos menores custos de frete e de seguro dos portos argentinos até os portos brasileiros. Esse episódio talvez tenha servido de alerta ao Governo brasileiro, uma vez que o pacote agrícola divulgado em 10 de julho do corrente ano contempla normas sobre a formação e a liberação de estoques públicos.

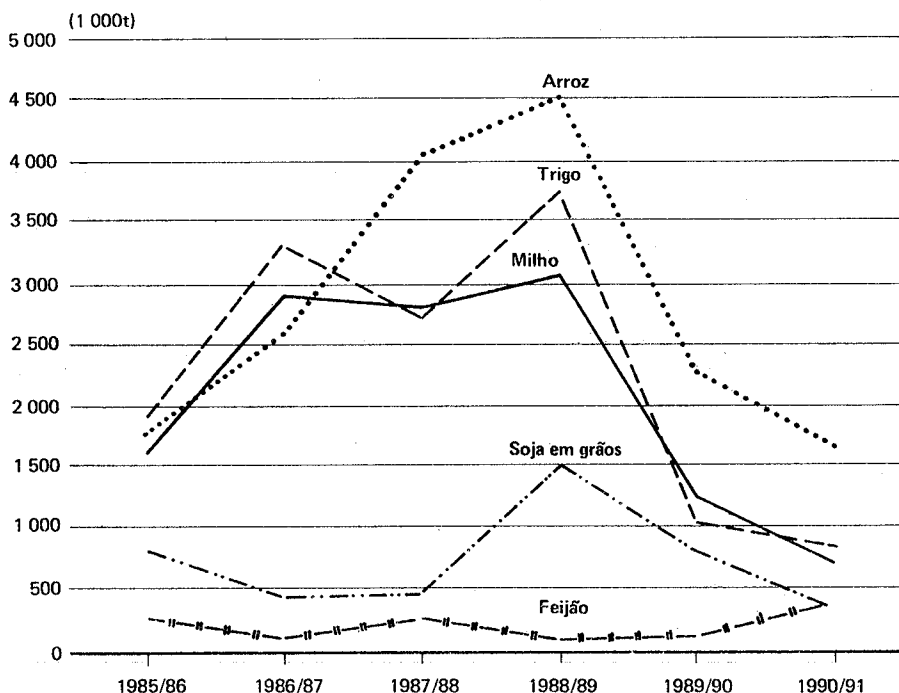
Ao mesmo tempo em que o abastecimento é considerado uma questão de segurança nacional, a linha neoliberal anunciada no início do Governo Collor prevê o afastamento gradual do Estado da economia, com o suposto desenvolvimento da livre iniciativa, da competitividade, da verticalização da agricultura e da liberalização do mercado. Assim sendo, torna-se cada vez mais necessária uma política agrícola plurianual, onde todos os setores envolvidos, desde a produção até o consumo, tenham uma prévia noção das alternativas possíveis decorrentes da modificação dos níveis de financiamento e de crédito, de preços, de produção e de outros fatores que tendam a modificar o quadro da agricultura brasileira.

É importante ter presente que as importações que estão sendo anunciadas se destinam basicamente a cobrir as necessidades do consumo interno para este ano agrícola, não havendo previsão de importações para a formação de estoques reguladores. Isso evidencia que os estoques de

passagem da próxima safra serão tão ou mais reduzidos que os atuais (Gráfico 1).

GRÁFICO 1

ESTOQUE DE PASSAGEM DOS PRINCIPAIS GRÃOS – SAFRAS 1985/86 A 1990/91



FONTE: CNA.

Acrescente-se ainda o fato de que o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) prevê uma queda na disponibilidade mundial de grãos para a próxima safra, o que poderá ser suficiente para um aumento dos preços agrícolas no mercado internacional e deverá servir de referência para que o Governo brasileiro estude alternativas para aumentar a oferta interna de alimentos. É certa a necessidade de os organismos públicos e privados recomporem os estoques de alimentos.

Assim, se não houver um crescimento significativo no total da produção agrícola nacional na safra 1991/92, espera-se que as diretrizes traçadas no pacote agrícola divulgado em 10 de julho sejam realmente seguidas, o que evitaria a repetição de problemas verificados neste ano.

O mercado de carnes

O desempenho do setor pecuário, nos quatro primeiros meses deste ano, evidenciou um crescimento no abate sob inspeção federal de suínos, aves e ovinos, enquanto a bovinocultura continuou apresentando queda desde 1989. Contudo houve uma recuperação de 17% no mês de abril, comparando-se com o mesmo mês do ano anterior, o que não foi suficiente para igualar com o total de bovinos abatidos no acumulado de janeiro a abril de 1990, período de plena safra. Mas deve-se chamar atenção para o fato de que, segundo notícias constantemente divulgadas e objeto de reportagem na Folha de São Paulo, datada de 20.05.91, "(...) o abate clandestino representa, hoje, cerca de 70% das 22 milhões de cabeças de gado consumidas anualmente no país". Essa situação resultou na determinação de medidas, por parte do Governo Federal, visando não apenas a uma maior fiscalização para combater a sonegação de impostos, mas, também, à diminuição dos riscos decorrentes de uma falta de inspeção e de controle sanitário animal.

Em contrapartida, o abate de suínos apresentou um incremento de 26% nos quatro primeiros meses deste ano, em confronto com idêntico período de 1990, em grande parte ocasionado pelo consumo alternativo de carnes, em função da escassez da carne bovina. Esse comportamento beneficiou também o mercado de aves, embora esse segmento esteja em constante expansão face ao atendimento do mercado externo.

Comercialização

No que diz respeito à comercialização dos principais produtos agropecuários e em especial à dos principais grãos da safra de verão, as informações semanais divulgadas pela EMATER-RS acusam um ganho real a nível de produtor na venda de milho e de soja em grão, nos meses de abril e maio.

Os preços médios recebidos pelos produtores de arroz apresentaram, em abril, uma variação negativa de 5,3%, se comparados com os praticados no mês de março. Essa queda deveu-se à eliminação da alíquota do Imposto sobre Importação incidente sobre o arroz beneficiado, que, embora tenha sido revogada em maio, ainda não tornou possível a volta de ganhos reais.

A soja, em função da quebra de produção, está com preços internos superiores às cotações internacionais, fazendo com que o sojicultor brasileiro experimente ganhos maiores com as vendas no mercado nacional. Quanto aos preços do milho, da soja e do trigo no mercado internacional futuro, as cotações da Bolsa de Chicago revelam o modesto crescimento de 1% em abril, se comparados com as cotações de março, mantendo o mesmo nível de incremento nos meses de maio e de junho. A exceção foi verificada nos preços da soja em grão, que recuaram nesses dois últimos meses. Mesmo a aprovação, por parte do governo norte-americano, do crédito de US\$ 1,5 bilhão para a União Soviética adquirir grãos dos Estados Unidos não foi capaz de alterar as cotações internacionais no curtíssimo prazo, frustrando a previsão de analistas do mercado de "commodities" e de bolsas de mercadorias.

Convém ressaltar que as cotações do trigo em grão, devido aos elevados estoques mundiais em fevereiro, estimados pelo USDA em 144,5 milhões de toneladas, apresentaram recuo da Bolsa de Chicago nesse trimestre, em comparação com o mesmo período de 1990, como pode ser observado na Tabela 2.

Com referência à comercialização de produtos agropecuários no segundo trimestre de 1991, causou mais polêmica a venda de produtos de origem animal, notadamente a de carne bovina. O sistema de tabelamento de preços imposto pelo Governo Collor em 31 de janeiro e alterado a partir de junho através da Portaria n.466, com a classificação dos preços em monitorados, controlados, tabelados e liberados em função de acordos feitos com as câmaras setoriais, não foi suficiente para normalizar o mercado da carne bovina. Ocorre que o Governo Federal promoveu, em junho, reajuste nos cortes da carne em âmbito nacional, desconsiderando peculiaridades regionais quanto à classificação dos cortes de carne bovina.

Tabela 2

Preços do trigo no mercado futuro internacional, segundo as cotações médias da Bolsa de Chicago - 1990/91

(US\$ cents/bushel)

ANOS	ABRIL	MAIO	JUNHO
1990	365,94	367,27	332,78
1991	283,55	285,02	288,16

FONTE: FEE/CEES/NEA.

GAZETA MERCANTIL (1990/1991). São Paulo. /Dados diários/.

A acirrada disputa pelo mercado, manifestada pela volta da cobrança de ágios e pelas diferentes oscilações de preços entre o produtor e o varejista, muitas vezes resultou em que a comercialização da carne bovina apresentasse valor superior ao preço máximo de venda ao consumidor tabelado pela SUNAB, ocasionando pressões entre pecuaristas, frigoríficos, açougues e supermercados. Embora houvesse congelamento a nível de varejo desde janeiro, os produtores promoveram aumentos constantes nos preços antes mesmo da liberação parcial feita pelo Governo.

Assim, os preços recebidos pelos produtores de boi gordo no Rio Grande do Sul apresentaram acréscimos mensais superiores aos índices de inflação medidos pelo IBGE (INPC) e pela FGV (IGP), sendo o mês de maio o que proporcionou maiores ganhos. Para uma inflação média de 6,6%, o preço médio do quilo vivo do boi gordo elevou-se 10,3%.

Comportamento ainda mais vantajoso para o produtor gaúcho foi observado no mercado de aves, com incrementos de 9,6%, 13,7% e 13,1%, respectivamente, para abril, maio e junho, ante variações inflacionárias da ordem de 8,7%, 6,5% e 9,8% segundo a FGV. Ainda assim, os avicultores enfrentaram o problema do acréscimo dos preços dos insumos

em função da quebra da safra do milho e da elevação da demanda do grão. Embora o preço dos insumos tenha se elevado, os aumentos praticados pelo setor avícola foram superiores aos acréscimos dos mesmos.

Já os criadores de suínos foram os que experimentaram menores variações nos preços recebidos, com oscilação inferior aos índices de inflação do trimestre. Da mesma forma que os criadores de aves, foram contingenciados a pagar um preço bem mais elevado pelo farelo e pelas rações de milho (insumo básico para a suinocultura), o que fez com que tivessem acrescidos seus custos de produção. Mas, ao contrário dos avicultores, não conseguiram a elevação de preço significativo na venda do seu produto.

A safra de inverno de 1991

Se não houver mudanças nas intenções de redução da área de plantio do principal produto da safra de inverno, é possível, desde já, prever a repetição de problemas no abastecimento interno de trigo face à situação atual.

A estimativa de plantio referente ao mês de maio, a nível estadual, aponta um decréscimo de 15% na área cultivada, o que significa uma redução de 144 mil hectares em relação à safra de 1990. Considerando-se a produtividade média do trigo no último quinquênio - 1.551kg/ha - e sendo confirmadas as previsões de plantio, o Rio Grande do Sul deixará de colher 223.736 toneladas de trigo, isso sem contar com a possibilidade de ocorrência de problemas climáticos. Essa quantia representa 20% do que foi produzido no Estado, na safra passada.

Os triticultores alegam uma série de motivos para reduzir o cultivo este ano e, embora tenham reivindicado, durante vários anos, o afastamento do Governo no processo de comercialização do trigo, requerem a presença estatal para prover o setor do crédito necessário para custeio e comercialização. Reivindicam, também, que o Governo fixe Valores Básicos de Custeio (VBCs) e preços mínimos compatíveis com os custos de produção, mesmo considerando prejudicial a intervenção do Estado em outras questões. Revela-se, então, mais uma vez, que os diversos setores de atividade desejam a manutenção da participação estatal apenas quando convém ao setor envolvido.

Mas o fato é que, embora a área tritícola externalize o desejo de uma desestatização do setor, foi justamente

enquanto o Governo interviu, melhorando a remuneração do produtor e subsidiando o consumo de trigo, que ocorreu uma expansão na área cultivada.

O Rio Grande do Sul já chegou a ter 2.010 mil hectares cultivados com trigo em 1976, sendo durante vários anos o seu maior produtor nacional, perdendo a posição de liderança para o Paraná no início dos anos 80.

Para a safra deste ano, é estimado um plantio de apenas 844 mil hectares, cuja queda é motivada basicamente pela grande defasagem do custo de produção em comparação com o Valor Básico de Custeio e com o preço mínimo, os quais foram fixados em março, respectivamente, nos seguintes valores: Cr\$ 113.149,98/ha Cr\$ 33.300,00/ha (nível 2) e Cr\$ 27.888,70 a tonelada, ou aproximadamente Cr\$ 45.179,00 por hectare.

Objetivando reduzir essa defasagem, em maio foram elevados os VBCs para as lavouras da safra de inverno 1991, mas, ainda assim, o VBC ficou bastante inferior ao custo de produção calculado pela FECOTRIGO.

O pacote agrícola

O pacote agrícola divulgado no último dia 10 de julho não chega a se constituir em algo novo, uma vez que grande parte das medidas refere-se: a reajustamentos de preços e de valores; à oficialização de conquistas decorrentes da Lei Agrícola; e à implementação de diretrizes anteriormente propostas para apreciação dos ministérios competentes.

Em linhas gerais, o pacote abrange cinco pontos básicos: crédito, preços mínimos, comercialização, custos de produção e "seguro rural". Além disso, define a constituição de comissões interministeriais e de grupos de trabalho para proporem medidas referentes aos sistemas de armazenagem, ao processo de comercialização, ao mercado de futuros agrícolas, entre outros.

No que concerne ao crédito, a inovação deu-se através da inclusão dos níveis de produtividade como fator determinante dos limites de financiamento dos VBCs, conjugados com o porte do produtor.

Uma conquista na área creditícia foi a regulamentação da equivalência do financiamento de custeio em produto, atingindo os pequenos produtores que cultivarem os produtos considerados básicos: arroz, feijão, milho, trigo e mandioca.

Já o volume de recursos orçados para o crédito rural referente à safra 1991/92 não chega a causar entusiasmo, uma vez que a quantia anunciada de Cr\$ 1,19 trilhão (em valores de junho) é inferior à soma de recursos destinados anualmente para a agricultura desde 1972, correspondendo, em termos reais, a 16% do aplicado em 1980, ano em que houve maior aplicação de crédito no setor. Não obstante esse fato, o Governo anunciou a alocação desses recursos como forma de tornar possível uma produção de 64 milhões de toneladas na próxima safra, volume que não foi obtido na safra 1990/91 basicamente pela quebra na produção decorrente de fatores climáticos. Talvez o acréscimo de produção da safra de verão que se inicia seja dado mais em função de um aumento de produtividade, uma vez que a alteração dos critérios para limites de financiamento induz à adoção de melhores técnicas e recomendações de plantio.

Quanto à comercialização, a definição das regras que disciplinam a intervenção do Governo no mercado, notadamente no que diz respeito à formação e liberação de estoques públicos, oficializa, com algumas emendas, proposta encaminhada em abril deste ano pelo Conselho Nacional de Política Agrícola aos Ministérios da Agricultura e Reforma Agrária e da Economia, Fazenda e Planejamento. Da mesma forma, foi reativada a legislação referente à aplicação de tributação compensatória para a importação do produto agropecuário que seja subsidiado na origem.

No que concerne aos custos de produção, as medidas referentes à eliminação do IPI sobre as máquinas e implementos agrícolas e a isenção do FINSOCIAL na comercialização agrícola contribuirão para reduzir os custos agrícolas, o que não implica redução de preços a nível de produtos, mas poderá significar melhor renda para os produtores.

Finalmente, com referência ao PROAGRO, as alterações virão beneficiar também os produtores que utilizam apenas recursos próprios em suas lavouras, sendo opcional a realização do seguro nesse caso.

De forma geral, além do pacote agrícola não trazer novidades, somente os resultados da safra 1991/92 poderão expressar o alcance das medidas, embora algumas estejam carentes de regulamentação e maior detalhamento.

Bibliografia